

Ms. Jean da Silva Santos<sup>1</sup>  
Dra. Catherine Prost<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia.  
jeanssantos26@yahoo.com.br<sup>1</sup>  
cathprost@yahoo.com<sup>2</sup>

## **ERRANDO TAMBÉM SE APRENDE: A ANÁLISE DE UMA COOPERATIVA FRUSTRADA NO RECÔNCAVO BAIANO E SUAS POSSIBILIDADES**

### **1 INTRODUÇÃO**

Em muitos estudos atuais, a idéia de território vem sendo utilizada indiscriminadamente sem um aprofundamento teórico que o termo evoca. Por conta disso, este artigo recorre à ciência geográfica a fim de discuti-lo enquanto conceito capaz de operacionalizar o espaço geográfico como lugar dos acontecimentos cotidianos nas suas variadas nuances dos aspectos relacionados ao poder e aos conflitos de que dele pode emergir. Nesses termos, recorre-se ao conceito de território como constituído a partir de relações de poder, por entender que este contribui para as questões concernentes ao espaço rural. Este conceito, juntamente à gestão e à teoria dos dois circuitos da economia urbana, pode operacionalizar uma leitura clara sobre questões específicas da realidade do povoado de Tanque de Senzala, Santo Amaro – BA.

O artigo é estruturado em cinco partes. A introdução trata da apresentação e contextualização do tema. A segunda parte caracteriza o território com a apresentação dos agentes e seus aspectos produtivos; a terceira aborda qualificação do território e a (re)significação de poder; a quarta refere-se ao estudo de caso da Cooperhorta, antes de encerrar o trabalho com as considerações finais.

Busca-se entender, em um cenário de agricultura familiar, quais mecanismos de negociações envolveram a criação de uma cooperativa, cuja finalidade era diminuir as ações dos intermediários nos processos de negociações diários, mas que fechou após dois anos (**verificar o tempo**). A busca desenfreada desses intermediários (atravessadores) por lucros a partir do processo de trabalho das forças produtivas que ali se desenvolvem é responsável por originar conflituosidades com características políticas e ideológicas capazes de expropriarem essa força produtiva do valor originado pelo próprio processo de trabalho em detrimento do capital. Em razão desses conflitos, justifica-se a qualificação desse espaço rural como sendo um território.

## 2 CONHECENDO O TERRITÓRIO

Os estabelecimentos rurais do povoado de Tanque de Senzala possuem áreas entre um a cinco hectares. Eles são compostos essencialmente por núcleos familiares que cultivam tanto produtos para a subsistência, quanto a olericultura para a comercialização, fato que garante renda para o consumo de outros bens e serviços. Salienta-se que os referidos estabelecimentos agrícolas apresentam, no bojo das especializações técnicas, diferenças entre si, o que possibilita inferir uma diferenciação dentre os níveis de renda de cada produtor. De fato, é possível ainda verificar formas diferenciadas do processo de trabalho de cada um, desde o cultivo e a irrigação com meios de produção rudimentares, até a implementação de tecnologias e insumos agrícolas capazes de intensificar a produtividade. Também se destaca que estes pequenos produtores, na sua maioria, são proprietários da terra e dos meios de produção.

A partir do trabalho exaustivo do pequeno produtor familiar, obtém-se o produto que, qualificado como uma mercadoria pelo capital, torna-se objeto de interesse de outros agentes. Os produtores travam, no jogo da gestão cotidiana da reprodução capitalista, um desequilíbrio das partes interessadas em torno da olericultura. Alguns destes agentes trabalham no processo de distribuição dos produtos cultivados na localidade. No povoado, esses são reconhecidos como balaieiros (têm uma capacidade reduzida de compra e comercialização de produtos) e atravessadores (cuja capacidade de comercialização absorve maior quantidade de produtos, e conseqüentemente maiores volumes financeiros). Tais agentes serão discutidos adiante com mais clareza, visto que eles são os responsáveis pela complexa relação socioespacial do povoado.

O povoado é analisado aqui como uma característica do subsistema da economia espacial e tem embutido nas relações sociais dos agentes que o dinamiza, os mecanismos de negociações cotidianas para a comercialização da olericultura, a partir do pequeno estabelecimento rural. É possível verificar a ocorrência de situações conflituosas, frutos da não menos complexa relação de gestão<sup>1</sup> territorial, tanto na micro quanto na macroescala. Ao observar a situação segundo a perspectiva dos dois circuitos

---

<sup>1</sup> Como afirma Reed (1997, p. 65–68), a gestão pode ser entendida como uma “visão específica de mundo [...] a gestão encara a sociedade industrial como uma rede de organizações de controle e subordinação cada uma das quais dominada por elites que tentam gerir recursos e alargar o seu campo de controle”.

da economia<sup>2</sup> (SANTOS, 1979), clarifica-se uma assimetria na correlação de forças entre os agentes (produtor, atravessador e balaieiros), fato presente e analisado no caso da cooperativa.

Acredita-se que a análise da inter-relação dos agentes e da gestão que emerge disto pode servir como meio de auxiliar na busca de um fortalecimento institucional do “agente hegemônico” (ARENDDT, 1985) local. Essa consolidação poderá se traduzir pela reimplantação das ações cooperativadas, em prol das negociações travadas no cotidiano entre o produtor rural e o intermediário e na resolução dos conflitos potenciais.

### **3 A QUALIFICAÇÃO DE TERRITÓRIO E A (RE)SIGNIFICAÇÃO DE PODER**

Em muitas definições relativas ao território é encontrado na essência o conceito de poder. Neste estudo considera-se que as relações de poder emergem do meio social para a conformação de um dado território. Esse fato é presumido a partir dos interesses de distintos agentes por alguma porção do espaço que, através de consensos, criam um território específico. Assim, “é essa a perspectiva sobre o referido conceito, mas, é, sobretudo pelo que se entende por poder, que reside toda sorte de ambigüidades” (BRITO, 2002 p.12).

Desta maneira concorda-se com as idéias de Brito (2002), em que território é

[...] uma fração desse espaço [**espaço geográfico**], na qual determinados agentes sociais se relacionam com o intuito de reproduzi-lo segundo seus próprios interesses (condição que manifesta o uso do território), mediante consensos estabelecidos tácita e/ou formalmente (BRITO, 2002, p.12, grifos do autor).

Entende-se, porém, que a taciteza, a não tradução em palavras, bem como a não coalizão de forças explícitas no interesse comum declarado e pré-planejado na coletividade para a construção de um território não definem, como via de regra, a sua inexistência. Tampouco definem interesses não declarados sob os aspectos do planejamento estatal ou privado. As bases para a conformação de um determinado

---

<sup>2</sup> O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão é interessado e mantém relações privilegiadas com sua região [...]. Cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano [...] (SANTOS, 1979, p.16).

território também podem surgir a partir de múltiplos interesses individuais, unindo aspectos homogêneos da produção. Por exemplo, poderão favorecer os primeiros acordos de conformação do território em torno de um tipo de mercadoria ensejada pela “força” (ARENDDT, 1985) e pelo processo de trabalho. No presente caso, trata-se da força dos pequenos produtores rurais inserida no modo capitalista de reprodução do espaço.

Entretanto, a “condição que manifesta o território” (BRITO, 2002 p.12) surge a partir dos processos de gestão mediados pelas relações políticas entre os agentes sociais. Dessa maneira, o território é materializado pelo pluralismo a partir dos consensos e dos acordos entre os agentes, explicitados por variados interesses acerca de um objeto do desejo, que é, segundo Brito (2002), a materialização do lucro capitalista.

O debate principal na discussão teórica acerca do território se dá como já afirmado inicialmente, em torno do conceito crucial de poder. A definição mais comum na fundamentação de alguns autores é a perspectiva weberiana, segundo o qual “[...] o poder significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1994, p.33). Contudo, essa perspectiva não se apresenta como única para leitura da realidade. Nesse estudo, desvincula-se do poder definido por Weber (1994) devido a sua corriqueira confusão com a violência. Tratá-los como sinônimos legitima os históricos atos de violência contra a humanidade, cujo poder residiu na posição de mando, a exemplo do genocídio judeu praticado pela antiga Alemanha nazista e as guerras contemporâneas em nome da “paz” e da “ordem” mundial.

Portanto, na perspectiva arendtiana o poder existe, sendo próprio das relações sociais. Não precisa de justificação, mas sim da legitimidade dos agentes, de autorização “em nome do consenso” pois, de acordo com Arendt, a noção de poder,

[...] corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (ARENDDT, 1994 p.36, grifos da autora).

Um dos objetivos desse trabalho é justamente inverter a ótica weberiana pela qual atualmente são vistas as relações de poder no território. O pressuposto de poder balizado nas idéias de Weber reside na vontade “individual” em detrimento da vontade coletiva, utilizando-se de mecanismos historicamente convencionais para conseguir seus objetivos, tais como a violência, a pressão sociopsicológica<sup>3</sup>, as ideologias<sup>4</sup>, o mando, o medo e a sujeição.

Observa-se que, no Tanque de Senzala, esses fenômenos de fato são sofridos por alguns dos pequenos agricultores durante o processo de negociação e fechamento de acordos, em que são definidos os preços e as quantidades vendidas. Caracteriza-se como uma espécie de conjunto de metas unilaterais, de compromissos que devem ser cumpridos à risca pela parte mais vulnerável. Esse fato se dá no momento do escoamento da produção por conta dos mecanismos de negociação apreendidos do “vigor” (ARENDDT, 1985) dos intermediários. **Explicar vigor**

Assim, indica-se o poder originado a partir das relações entre os pequenos produtores rurais do citado povoado com a finalidade de legitimar e fortalecer a figura de um agente hegemônico no âmbito da recriação da Cooperhorta, como forma de organização comunitária. Sua finalidade residiria na diminuição das ações intermediárias - que se evidenciam por determinados mecanismos de gestão - a fim de transformar em uníssono os vários anseios da comunidade. Pode ser uma maneira viável pela qual uma parcela dos pequenos produtores rurais conseguirá um desenvolvimento socioespacial. Frisa-se que, mesmo a cooperativa tendo sido uma experiência territorial frustrada, isto não implica que futuras ações cooperativadas estejam fadadas ao insucesso.

#### **4 A EXPERIÊNCIA FRUSTRADA: O CASO DA COOPERHORTA**

Em julho de 1998, foi fundada a Cooperhorta, formada pelos agentes agricultores do povoado Tanque de Senzala e de seu entorno. Esta iniciativa, teoricamente, consistiu na tentativa de o circuito inferior representado pelo território da

---

<sup>3</sup> Configura-se como um dos mecanismos de gestão utilizados pelos intermediários na busca de conseguir que seus objetivos sejam atendidos através dos meios subjetivos de pressão que, por sua vez, são cristalizados em discursos largamente reproduzidos pelos pequenos produtores rurais.

<sup>4</sup> Segundo Bendix (1974) apud Reed (1997), são sistemas de idéias adaptadas por aqueles que exercem alguma autoridade, dizem respeito ao trabalho, à autoridade dos patrões, e às razões para a existência de relações de subordinação.

olericultura se organizar institucionalmente com vistas a enfrentar as demandas advindas do circuito superior (redes de supermercados) via intermediário. Inicialmente, a cooperativa contou com um número reduzido de integrantes, chegando ao final do ano de 2001 com a presença de 37 cooperados, dos quais 8 eram residentes ou possuíam estabelecimentos rurais localizados no Tanque de Senzala.

uma observação importante é que o fomento para a criação desta cooperativa não originou-se das elites políticas de Santo Amaro, mas sim do então governo municipal de Conceição de Jacuípe. A prefeita Tânia Yoshida (Partido da Frente Liberal - PFL) possibilitou o apoio técnico especializado para a sua implantação. Por conta disto, a sede se localizou fora dos limites municipais de Santo Amaro, mais precisamente na localidade da Vila Bessa, pertencente à Conceição de Jacuípe, situada às margens da Rodovia BR-324.

Outro fator de destaque desta cooperativa residia na abrangência inicial dos circuitos econômicos<sup>5</sup> de sete municípios. No entanto, ligados diretamente ao escoamento da produção ficaram apenas 4, a saber: Amélia Rodrigues (comunidade da Quatro Estradas), Conceição de Jacuípe, Feira de Santana (Humildes – comunidade do Escoval) e Santo Amaro (Borda da Mata e Tanque de Senzala). Nesse ínterim, como questão administrativa e legal necessária para a sua fundação, os cooperados tiveram de contribuir com a “cota-parte” no valor de R\$ 210,00 cada um. Totalizou um capital inicial em caixa de R\$ 7.770,00, fato que possibilitou a institucionalização da cooperativa.

Durante os primeiros dois anos, houve um crescimento considerável de acumulação de bens duráveis graças a lucros obtidos em parte por conquista de mercado. Foram adquiridos, dentre outros, um computador, uma motocicleta e um caminhão adequado ao transporte dos produtos. Contudo, faltava infra-estrutura apropriada para o acondicionamento e manutenção dos produtos olerícolas, a exemplo das câmaras frias, o que ocasionava perdas de mercadorias, a cargo da cooperativa. Com o tempo, a cooperativa conseguiu abarcar algumas unidades do circuito superior da economia de determinados centros urbanos da Bahia, a exemplo de certas redes de supermercados da capital e do interior do estado. Dentre os quais, cita-se Feira de

---

<sup>5</sup> O subsistema inferior da economia é o próprio território olerícola, tendo como matriz produtiva a agricultura. Os fixos de negociações são as feiras livres da capital e das várias cidades do interior baiano. O subsistema superior da economia: redes supermercadistas ligadas ao território pelos intermediários, que captam e escoam a produção para cidades como Salvador, Feira de Santana, Simões Filho, Alagoinhas e Camaçari.

Santana (duas unidades), Salvador (localizada na Avenida Paralela, Vasco da Gama e na região do Iguatemi) e uma unidade na Ceasa de Simões Filho (dados referentes a 2001).

Nas unidades comerciais do circuito superior as entregas eram feitas diariamente pela Cooperhorta. Como forma de manter o escoamento das mercadorias nos fixos, ela detinha repositores conforme exigências das redes supermercadistas e abarcava os prejuízos advindos das vendas não efetivadas por elas. , Além disso, segundo fontes orais, a contabilidade das mercadorias fornecidas não era feita no momento de sua chegada, mas ao final das vendas procedidas em um dia. Assim, faziam-se os cálculos apenas sobre as unidades vendidas, excetuando as que não foram comercializadas e as eventuais perdas, repassando esse prejuízo para a cooperativa. Configurava, assim, uma transferência direta de prejuízos originados no circuito superior para o circuito inferior da economia. Além disto, citam-se as promoções ocorridas nas redes supermercadistas denominadas de “dia verde”, designando um dia especial em que são comercializados os produtos olerícolas abaixo do valor de custo para o consumidor final. A diferença de valor ficava, mais uma vez, como ônus da cooperativa. Este exemplo representa uma condição imposta de maneira geral para os canais de fornecimento, sejam eles intermediários na forma clássica, ou fornecedores cooperativados. Eles não são convidados a participar, mas tão somente informados de que acontecerá tal medida como forma de atrair clientela para que adquiram itens relacionados também a outros departamentos da loja. Os preços são divulgados previamente para que já sejam subsidiados pelos fornecedores. Diante disto, os intermediários afirmavam que:

[...] éramos obrigados pelos supermercados. A imposição era: ou participa ou sai; era sumária. O faturamento do produto era em torno de 30% a menos do valor praticado normalmente.

De acordo com fontes orais, confirmou-se a compulsória participação da Cooperhorta nos mecanismos de gestão das citadas redes supermercadistas, para as quais tinha que proporcionar alguma contrapartida à instituição privada ou aos responsáveis diretos pela aquisição de mercadorias em cada supermercado. Portanto,

[...] a mercadoria que era comprada a doze centavos, as redes só queriam pagar a metade do valor à cooperativa, e ela não tinha condição. Às vezes era o que se conseguia negociar. Além disso, eles exigiam alguns brindes, a exemplo de tapetes grandes com o nome da

loja, dentre outros. Eles abusavam! Era necessária muita conversa para contornar a situação e, nem sempre, a gente conseguia [...].

Aliada a esta questão, havia também as ações inescrupulosas de alguns intermediários que, diante das oportunidades, sempre tentavam submeter os citados supermercados às suas ações. Tentavam desarticular o canal de venda junto à cooperativa, oferecendo prêmios aos diretores responsáveis pelos departamentos de hortifrutigranjeiros, tais como cestas natalinas, bebidas alcoólicas caras (*whisky*), dentre outros brindes.

Em adição a tais prejuízos, houve eventos de má administração financeira dos recursos da cooperativa. Citam-se: o alto custo dos gastos fixos mensais, a exemplo da implantação e manutenção de internet (R\$ 600,00), contas telefônicas com altos valores e despesas semanais diversas com valores não discriminados entre R\$ 200,00 e 300,00, as quais, além da contratação de revendedores para conseguir mercado. Estes detinham a capacidade de aumentar gradualmente a quantidade de mercadoria solicitada pelos canais de venda direta em um ritmo que a cooperativa não tinha condição de acompanhar.

Além dos já citados, outros prejuízos relacionados ao mercado aconteceram, contribuindo ainda mais para a corrosão da vitalidade das atividades da cooperativa. Segundo um dos ex-presidentes entrevistados, as oscilações de mercado representadas pelas diferenças diárias de demanda, aliadas às instabilidades de preço, fizeram com que houvesse ações indevidas da cooperativa no espaço ao aplicar mecanismos rígidos de regulação de preços. Tais fatos foram incisivos para paralisar, em curto prazo, as suas atividades.

Na sua essência, a cooperativa não se destina a ser uma reguladora de preços no mercado. Ela vincula-se diretamente à eliminação do agente intermediário, a fim de beneficiar os seus cooperados. Ora, o papel de regulação passou a ser assumido pela cooperativa numa situação de intervenção concorrencial; a instituição requisitava a produção de dez mil unidades diárias junto aos seus cooperados, mas não conseguia escoar toda a cota solicitada por conta dos citados prejuízos junto às redes supermercadistas. Consequentemente, ao serem concluídas as vendas diárias, a cooperativa não conseguia fechar suas contas de maneira equilibrada ou positiva. Mesmo que só tivesse conseguido distribuir o equivalente a 80% da cota solicitada, 100% da mesma eram pagas junto aos pequenos produtores rurais.

Além dos citados problemas cita-se o advindo pelo calendário produtivo e o da individualidade. Com relação ao primeiro, a escassez de alguns produtos no mercado incentivava a cooperativa se lançar no mercado, investindo-se das vigorosas ações dos intermediários na tentativa de segurar o preço das mercadorias em alta. Por exemplo, comprava o coentro a preços altos em outros centros produtivos (até mesmo em outros estados) e revendia-o aos seus clientes com valor inferior, a fim de não perder a clientela existente para os atravessadores. Com relação ao individualismo, cita-se a falta de sensibilidade, de cooperação e de pertencimento ao empreendimento coletivo. Tais fatos concorreram para que o individualismo imperasse, permitindo a inexistência do senso de ajuda mútua entre as relações socioeconômicas da época. Somaram-se a estas, questões políticas individuais de divergência entre os membros da cooperativa. Uma medida adotada em uma das administrações para superar as divergências residiu na implantação da cota-parte. Essa medida garantiu para os períodos de escassez a obrigação da entrega do produto por parte do cooperado à cooperativa, impedindo que o mesmo se recusasse no momento em que o mercado se tornava favorável à comercialização individual.

Os prejuízos advindos das redes supermercadistas, dos gastos fixos, das ações de regulação de mercado e das ações individualistas se acumularam e não foram repassados aos cooperados, acenando para a sua bancarrota. Contudo, acredita-se que para tal insucesso se deva um conjunto de fatores: os membros não tiveram uma devida capacitação sob os auspícios do cooperativismo; sua fundação se deu num regime político-partidário eleitoral, além da presente ineficiência do conselho fiscal.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sobre os acontecimentos envolvendo a Cooperhorta, percebe-se que, além dos passivos financeiros, ficaram também os passivos relacionados à falta de clareza na divulgação dos reais motivos que levaram a sua derrocada. É fato que o molde em que a cooperativa foi concretizada não era o ideal. Caso uma nova tentativa seja gestada, o modelo deve ser repensado, incluindo a preparação plena dos seus cooperados, bem como da equipe gestora. Outra necessidade é a incorporação de apoio técnico especializado tanto nas questões produtivas do campo, quanto nas questões administrativas. Observa-se que, malgrado a frustrada experiência, existe receptividade para com a idéia de reimplantação da cooperativa. , com 84% de indicações favoráveis,

contra 10% contra e 6% sem opinião expressa. Estes índices explicitam que o território se mostra ainda propício à organização social cooperada.

Quanto à questão do território mediado pelas relações de poder, este estudo mostra que os valores que se pretende serem praticados no território acontecerão como consequência da união coletiva em torno da cooperativa. Atualmente, os intermediários nutrem as suas ações de natureza exploratória do trabalho pelo capital, a partir de um poder relacionado a indivíduos e não grupo. A via alternativa reside em um poder definido pela matriz coletiva, em um agente hegemônico que responda a um projeto de coletividade social.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARENDDT, H. **A condição humana**. 1. ed. Tradução Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.

BRITO, C. C. T. Revisitando o conceito de território. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, n. 6, p. 12-20, jul., 2002.

REED, M. **Sociologia da gestão**. Tradução de Manuela Reis. Oeiras: Celta, 1997.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. 3. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elisabete Barbosa. Brasília: EDUNB, 1994. cap. III. v. 1.